



Greve no Judiciário Federal chega a quatro estados, segundo federação

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe) aponta que servidores de quatro estados do país já estão em greve para cobrar mudanças no que chamam de política de congelamento salarial do governo federal. Segundo a entidade, a paralisação passou a atingir São Paulo e Rio Grande do Sul na última quinta-feira (15/5), somando-se a Bahia e Mato Grosso, que aderiram ao movimento em 29 de abril.

As assessorias de imprensa da Justiça Federal em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso dizem não haver registro de atividades suspensas para o público. A Fenajufe promete para a próxima quarta-feira (21/5) paralisação de atividades em todos os locais de trabalho no país, no ato chamado "Apagão do Judiciário e do MPU". Atos e assembleias foram marcados para essa data durante reunião promovida no último dia 10, com representantes de 20 sindicatos.

A lista de reivindicações, que tem sete pontos, é a mesma enviada ao ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal em julho de 2013. Um dos principais itens é a exigência de uma política salarial permanente que respeite a data base para os servidores públicos, como previsto na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.061 e o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

“A falta de negociação e de uma política salarial permanente para o conjunto do funcionalismo vem obrigando a deflagração de greves em praticamente todos os anos para buscar assegurar direito básico que vem sendo continuamente desrespeitado pelo Governo”, diz o documento.

A categoria também cobra a criação de uma comissão interdisciplinar composta pelos Tribunais Superiores e pela Fenajufe para discutir e elaborar um anteprojeto de plano de carreira. Reivindicam também a formação de um grupo de trabalho para negociar permanentemente assuntos de interesse dos servidores, como o Processo Judicial Eletrônico e regulamentação do trabalho remoto.

Adilson Rodrigues dos Santos, um dos coordenadores da entidade, lembra que a categoria é responsável por organizar as eleições. “Peregrinamos pelos corredores dos tribunais avisando que estamos com os salários congelados. Queremos resolver logo para não termos de paralisar a Justiça Eleitoral mais perto do pleito”. *Com informações da Assessoria de Comunicação da Fenajufe.*

Date Created

16/05/2014